SE
MA
NA

do
Servidor
UFMG

2025

CELEBRANDO 25 ANOS
de História e Realizações
da Pró-Reitoria de Recursos Humanos

Depoimentos dos Vice-Presidentes da Comissão Permanente de Pessoal Docente

SUMÁRIO

Professor Roberto do Nascimento Rodrigues..... 3

Professora Maria Cristina Costa Ferreira.....6

Professora Silvana de Vasconcelos Cançado..... 8

Professor Cícero Murta Diniz Starling..... 10

Professora Delaine Cafiero Bicalho..... 14

Professora Juliana Torres de Miranda..... 16

Professora Ana Lydia Reis de Castro e Silva.....19

Professora Luciana de Gouvêa Viana..... 22

Professora Adalgisa Peixoto Ribeiro.....24

Professor Roberto do Nascimento Rodrigues

Pró-Reitor de Recursos Humanos - PRORH (01/03/2012 a 18/03/2014)

Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (22/03/2010 a 29/02/2012)

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (20/08/2002 a 19/08/2003)

O Professor Roberto do Nascimento Rodrigues iniciou sua jornada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1990 como Professor Visitante, tornando-se Professor Titular no Departamento de Ciências Econômicas em 1991, antes de se transferir para o Departamento de Demografia. Durante este período, ele também lecionou no curso de Pós-graduação em Demografia e atuou como pesquisador no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), onde orientou dezenas de dissertações e teses na área de Demografia.

Sua experiência administrativa na UFMG começou em 2002, quando foi eleito membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Posteriormente, foi convidado pela então Presidente da CPPD, Professora Edna Maria Alvarez Leite, para a Vice-Presidência, cargo que ocupou de 2003 a 2006, após ser eleito pelo plenário da Comissão. Em 2011, o Professor Roberto Nascimento foi indicado pelo Reitor Clélio Campolina Diniz para assumir a presidência da CPPD, indicação aprovada pela plenária da Comissão.

Durante sua gestão na CPPD, ele enfrentou desafios significativos:

- Manter a política de melhoria da titulação dos docentes da UFMG, incentivando a contratação de professores com doutorado e o ingresso em programas de doutoramento para os recém-contratados;

- A implantação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), que flexibilizou a contratação e exigiu adaptações na política de qualificação, intensificando os esforços para garantir a complementação da qualificação de docentes sem doutorado;

- Desenvolver indicadores de desempenho para os departamentos que pudessem subsidiar a priorização de concursos para vagas docentes, em um período anterior ao Banco de Professor Equivalente, quando as autorizações para contratação eram limitadas;

- Preencher as vagas de Professor Titular, pois apenas 7% (sete por cento) dos professores da UFMG estavam nessa classe em 2011, abaixo do limite de 10% (dez por cento) permitido pela legislação da época. A CPPD, em conjunto com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), estabeleceu critérios para priorizar a abertura desses concursos;

- Melhorar o relacionamento com os Departamentos Acadêmicos, iniciando visitas para explicar os critérios e indicadores da planilha de alocação de vagas docentes.

Apesar dos desafios, o Professor Roberto e sua equipe alcançaram importantes conquistas na CPPD:

- Aperfeiçoamento da qualificação dos docentes, incentivando o ingresso em programas de doutoramento e pós-doutoramento e alocando vagas de professor substituto com base em planos de qualificação;

- Preenchimento e manutenção de docentes na classe de Professor Titular dentro do limite máximo de 10% (dez por cento) previsto na legislação;

- Organização de um evento na UFMG com a participação de CPPDs de quase todas as universidades federais do Brasil, que possibilitou a troca de experiências e a posterior adoção dos indicadores e critérios de alocação de vagas da UFMG em outras instituições.

Em 2012, após deixar o cargo na CPPD, o Professor Roberto do Nascimento Rodrigues foi convidado e nomeado pelo Reitor Clélio Campolina Diniz para assumir a Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH). Sua experiência administrativa na CPPD foi um fator chave para essa nomeação.

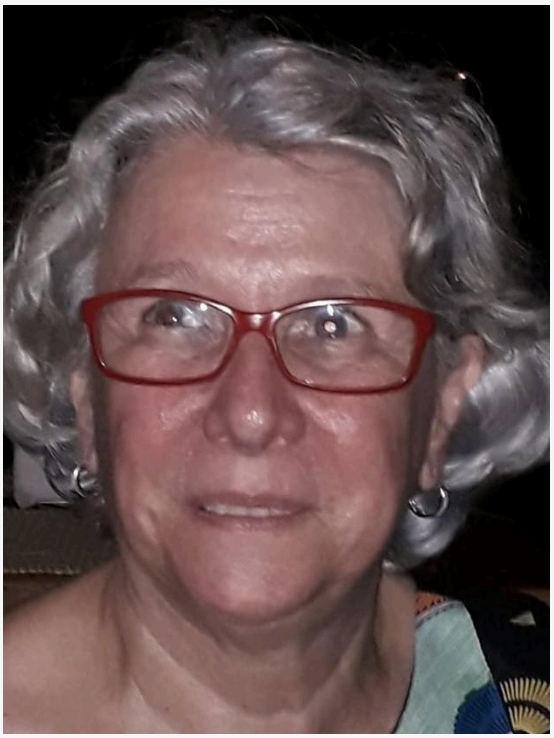
Na PRORH, ele enfrentou desafios como a implantação do sistema de ponto eletrônico para os Técnicos Administrativos em Educação (TAE) em meio a um longo período de greve, e a necessidade de construir laços de confiança e aproximação com o sindicato dos TAE.

Suas conquistas na PRORH incluem:

- Valorização dos Técnicos Administrativos através da ampliação do programa de bolsas de estudo para graduação, especialização e pós-graduação, e a criação de um programa de incentivos para participação em eventos nacionais e internacionais, além de garantir a participação na Semana de Iniciação Científica da UFMG;
- Melhoria nas relações da PRORH com o sindicato dos TAE, estabelecendo um regime de assembleia permanente com reuniões semanais, promovendo um diálogo cordial e superando resistências iniciais;
- Transformação da "Semana do Servidor" de uma comemoração modesta para um evento abrangente, que servia não apenas para congraçamento, mas também para reflexões sobre as perspectivas da categoria, com oficinas, palestras, competições esportivas, teatros, danças e shows musicais.

As experiências na CPPD e na PRORH foram de grande significado pessoal e profissional para o Professor Roberto. Ele desenvolveu habilidades administrativas e de negociação na prática, o que contribuiu para seu crescimento profissional e o desenvolvimento de uma visão crítica, permitindo-lhe compreender diferentes perspectivas profissionais. Ele relata que esses conhecimentos de gestão o prepararam para futuras funções, sendo fundamental para sua atuação como presidente da Fundação João Pinheiro após sua aposentadoria. Ele aprendeu a negociar com sindicatos, desenvolveu habilidades de diálogo e resolução de conflitos, e criou uma relação respeitosa com diferentes setores. Durante sua gestão, o professor Roberto sempre defendeu a ideia de que a gestão da PRORH deveria ser assumida por profissional da área, com formação condizente com o desempenho das atividades próprias da administração pública, preferencialmente por servidores técnicos administrativos em educação.

Após sua aposentadoria em 2015, ele trabalhou por um ano em Brasília como Assessor Especial e Chefe de Gabinete no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e depois presidiu a Fundação João Pinheiro por quatro anos. Atualmente, o Professor Roberto do Nascimento Rodrigues atua como Professor Voluntário no Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da UFMG, no campus de Montes Claros, lecionando e orientando presencialmente e à distância no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território.



Professora Maria Cristina Costa Ferreira

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (01/03/2009 a 21/03/2010)

A trajetória de Maria Cristina Costa Ferreira na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é marcada por uma profunda dedicação acadêmica e profissional, culminando em importantes papéis de gestão. Ela ingressou na Universidade em 1971 como estudante do curso de Matemática, embora inicialmente pensasse em ser professora de francês, o que a levou a fazer o clássico no Colégio da Aplicação da UFMG. A mudança do vestibular em 1970 para um vestibular único fez com que, a partir do segundo ano, os alunos cursassem disciplinas das áreas de exatas e biológicas. Após um semestre de recuperação para compensar a nota mínima nas disciplinas básicas, Maria Cristina formou-se em Bacharelado em Matemática no final de 1975, já cursando disciplinas de mestrado.

Logo após sua formatura, Maria Cristina foi convidada para substituir uma professora e, em março de 1976, foi contratada como Auxiliar de Ensino em regime de 24 (vinte e quatro) horas. Em 1977, viajou para a Inglaterra para iniciar o Doutorado, retornando ao Brasil em 1981, mas não concluiu o doutorado naquele período. A partir de então, dedicou-se mais efetivamente às atividades do Departamento de Matemática, lecionando e orientando alunos em iniciação científica. Em 1992, passou a atuar em programas de formação continuada de professores de Matemática oferecidos pela UFMG. Sua experiência institucional foi ampliada ao atuar como representante suplente dos Coordenadores dos Colegiados dos Cursos de Graduação na Câmara de Graduação entre 1998 e 2002, participando de diversas comissões. Posteriormente, entre 2003 e 2005, foi indicada pela Câmara de Graduação para ser a primeira coordenadora do Colegiado Especial da Educação Básica e Profissional da UFMG.

Sua nomeação para um cargo de gestão ocorreu após sua atuação na Câmara de Graduação, onde trabalhou em diversas comissões com a professora Adriana Maria Valladão Novaes Van Petten. Em

2006, quando a professora Adriana Valadão foi indicada Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Maria Cristina foi convidada a integrar o órgão. Em novembro do mesmo ano, foi indicada Representante do Reitor junto à CPPD, assumindo a Vice-presidência, cargo que ocupou até março de 2010.

Como gestora na CPPD, Maria Cristina enfrentou muitos desafios em um período de grandes mudanças na Universidade, que impactaram diretamente a Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) e a CPPD. Um desafio inicial foi compreender o funcionamento da CPPD para, então, criar procedimentos que uniformizassem a tramitação dos inúmeros processos que passavam pelo órgão. Para isso, foram criados formulários para orientar os interessados sobre os documentos necessários. A criação do Banco de Professor Equivalente em 2007 trouxe à Universidade autonomia para realizar concursos públicos para docentes, dependendo apenas da existência de códigos de vagas. Além disso, a pactuação da UFMG com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a criação de cursos a distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) aumentaram significativamente o número de vagas docentes, gerando uma grande demanda por concursos públicos. A UFMG fez um esforço considerável para realizar esses concursos para as novas vagas e para as vagas de reposição, um desafio que sua gestão precisou superar. Outro desafio importante foi a elaboração da proposta do mecanismo de alocação de vagas docentes para departamentos e unidades da UFMG. Esse foi um processo extenso de discussões e negociações até sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), contando com a fundamental contribuição do professor Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi.

Entre as conquistas mais significativas de sua trajetória na CPPD, Maria Cristina destaca a proposta de alocação de vagas docentes. Para ela, essa proposta se destaca por tornar os critérios de análise e julgamento dos pedidos mais transparentes para todos os envolvidos, fornecendo mais dados aos departamentos para suas políticas de contratação de docentes. Ela também considera o trabalho conjunto da CPPD e da PRORH na elaboração dos procedimentos de contratação de docentes e de alocação de vagas na UFMG como um projeto de impacto transformador.

Pessoal e profissionalmente, a experiência na CPPD possibilitou a Maria Cristina conhecer a UFMG de maneira ampla, oferecendo uma compreensão maior da complexidade das atividades desenvolvidas na instituição. O trabalho em equipe com pessoas tão comprometidas com a instituição foi uma experiência muito enriquecedora. O maior aprendizado que teve como gestora foi ver a Universidade como um todo, compreendendo sua constituição e suas diferenças para tentar atender às demandas de cada área.

Professora Silvana de Vasconcelos Cançado

Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (05/03/2012 a 17/04/2012)

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (22/03/2010 a 04/03/2012)

Entre março de 2010 e março de 2012, a autora teve a honra de exercer a função de vice-presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O convite partiu do então Reitor da UFMG, Professor Clélio Campolina Diniz, e do presidente da CPPD da época, Professor Roberto do Nascimento Rodrigues. A autora foi convidada em decorrência de sua atuação anterior como assessora na implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), durante o Reitorado do Professor Ronaldo Tadêu Pena. Naquela posição, ela trabalhava diretamente com a formação de novos cursos e a admissão de docentes, o que gerava uma interlocução constante com a CPPD e demais órgãos da administração.

A CPPD é um órgão de assessoramento direto ao dirigente máximo da Instituição, cuja função primordial é acompanhar e avaliar a política de pessoal docente. Isso engloba, especificamente, o dimensionamento da força de trabalho docente, a alocação de vagas, a contratação, aproveitamento e exoneração de docentes, a avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção funcional, e a elaboração e acompanhamento de editais de concursos, entre outros temas relevantes para a gestão de pessoal docente.

Durante seu mandato, um dos principais desafios enfrentados foi a organização e gestão da planilha de vagas docentes, assim como a definição de critérios técnicos e equânimes para a distribuição de vagas entre as diversas Unidades Acadêmicas. Essa tarefa era complexa, exigindo uma avaliação minuciosa da produtividade de cada departamento, levando em consideração suas demandas reais, projetos em

andamento e especificidades. Outro desafio importante foi o acompanhamento dos processos de progressão funcional e dos editais de concursos docentes, garantindo a legalidade e a qualidade dos certames.

Uma das maiores conquistas desse período foi a promoção de transparência e equidade na distribuição de vagas docentes. Essa prática contribuiu para que as decisões da CPPD fossem mais justas e alinhadas com as necessidades da Universidade. Foi um aprendizado significativo, que permitiu à autora enxergar a UFMG em toda sua complexidade, competência e diversidade. Dentre as iniciativas consideradas transformadoras, destaca-se a realização de um evento que reuniu representantes das CPPDs de diversas Universidades Federais Brasileiras. A proposta desse encontro foi discutir diretrizes comuns e desafios compartilhados na gestão docente, proporcionando uma rica troca de experiências e fortalecendo o papel das CPPDs no cenário nacional. Essa experiência foi extremamente significativa para a autora, tanto pessoal quanto profissionalmente, permitindo um crescimento institucional e ampliando sua visão sobre a gestão pública, os processos administrativos e o funcionamento interno de uma Universidade Federal. O maior aprendizado, sem dúvida, foi o exercício da escuta, da articulação institucional e da atuação na área administrativa, consideradas fundamentais para a construção de uma universidade mais justa e eficiente.

Professor Cícero Murta Diniz Starling

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (14/05/2012 a 18/03/2014)

Em maio de 2012, enquanto exercia seu segundo mandato como Chefe de Departamento, o Professor Cícero Murta Diniz Starling foi convidado pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para assumir o cargo de Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Após consultar seus colegas e o Diretor da Escola de Engenharia, que o encorajaram a aceitar, ele decidiu assumir o desafio devido à sua relevância institucional e à oportunidade de conhecer melhor a UFMG além de sua unidade.

Para assumir o novo cargo, ele solicitou dispensa de suas funções anteriores como Chefe de Departamento e Representante Suplente da Congregação, devido à incompatibilidade com a nova atividade de gestão e por exigência legal. Em 14 de maio de 2012, foi nomeado Vice-Presidente pro tempore da CPPD e, em junho do mesmo ano, foi eleito pelos demais membros da Comissão para o cargo, com mandato até o final do Reitorado do Professor Clélio Campolina Diniz. Ele e o Professor Anilton César Vasconcelos foram inicialmente indicados pelo Reitor e, em seguida, eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

O Professor Cícero destacou a grande oportunidade de aprendizado e convívio com colegas de diversas unidades da UFMG, em especial com o Professor Anilton César Vasconcelos (Presidente da CPPD), o Professor Roberto do Nascimento Rodrigues (Pró-Reitor de Recursos Humanos), o Técnico-Administrativo em Educação Gilmar Lima Guimarães (Pró-Reitor Adjunto de Recursos Humanos). Segundo o entrevistado, não poderia deixar de destacar o grande aprendizado pelo convívio e trabalho conjunto, à época, com os demais Pró-Reitores, Procuradoria Federal, Chefia de Gabinete,

Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior, Auditoria Geral e, em especial, com os Professores Clélio Campolina Diniz (Reitor) e Rocksane de Carvalho Norton (Vice-Reitora).

Durante sua gestão, entre maio de 2012 e março de 2014, as principais funções desempenhadas incluíram:

- Análise e emissão de pareceres sobre processos administrativos diversos associados aos docentes, envolvendo tanto aspectos formais (como pedidos de progressão, promoção funcional, pagamento de retribuição por titulação e concessão de regime de trabalho) quanto análise de mérito (como afastamentos para qualificação ou participação em missões/eventos acadêmicos, pedidos de afastamento para desenvolvimento de trabalho sabático, concessão a departamento de vaga para contratação temporária de professor substituto ou visitante, avaliação de plano departamental de capacitação docente visando concessão de professor substituto; manifestação sobre dimensionamento do corpo docente na criação de departamentos ou na criação de cursos de graduação e pós-graduação; manifestação sobre reversão de titulação ou regime de trabalho de vaga docente alocada a departamento; pedidos de remoção de docentes entre Unidades Acadêmicas; pedidos de renovação de regime de trabalho em dedicação exclusiva; avaliação de estágio probatório; alteração de regime de trabalho e avaliação de relatórios anuais departamentais). A maioria desses pareceres era elaborada por ele ou pelo Professor Anilton, mas outros membros da Comissão ou consultores ad hoc também participavam;
- Elaboração de ofícios subsidiando o Reitor em respostas a outras instituições federais;
- Elaboração de ofícios para a Chefia de Gabinete ou PRORH subsidiando o Reitor em respostas a questionamentos de auditorias realizadas na UFMG pela Controladoria-Geral da União (CGU) e manifestações sobre recomendações ou esclarecimentos solicitados pelo Ministério Público Federal;
- Elaboração de ofícios para a Procuradoria Federal para subsidiar a defesa da Instituição em mandados de segurança relacionados a concursos públicos e cumprimento de decisões judiciais;
- Responsabilidade pela formulação das propostas de alocação de vagas docentes da carreira de magistério superior na UFMG submetidas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Ele formulou duas propostas aprovadas, resultando na alocação de um total de 81 (oitenta e uma) vagas docentes, além de uma proposta especial de 4 (quatro) vagas destinadas para área de conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);

- Gerenciamento de todo o fluxo de editais de concursos públicos docentes, desde o recebimento das informações dos departamentos até a publicação no Diário Oficial da União;

- Gerenciamento dos procedimentos de nomeação e posse após os concursos públicos, incluindo a atribuição de códigos de vaga e a elaboração de pareceres atestando a titulação dos candidatos com autorização para o pagamento da retribuição por titulação correspondente;

- Colaboração no aprimoramento dos Relatórios Anuais de Atividades Docentes, integrando dados da Plataforma Lattes e dos Sistemas Acadêmicos da UFMG, o que reduziu significativamente o trabalho manual de docentes e secretárias dos departamentos;

- Participação em Encontros Nacionais envolvendo os Dirigentes de Pessoal e as CPPDs de outras Instituições Federais de Ensino, promovendo a troca de experiências, divulgando o modelo de funcionamento da CPPD da UFMG e discutindo os aspectos e impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.772/2012, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. "Vários procedimentos decorrentes da publicação dessa Lei foram discutidos na plenária da CPPD, resultando em modificações e ajustes de procedimentos internos da UFMG relativos aos concursos públicos, pedidos de alteração em regime de trabalho, além dos pedidos de progressões e promoções funcionais docentes. Os problemas identificados com a publicação da nova legislação foram encaminhados ao Reitor da UFMG, que os apresentou ao Ministro da Educação, contribuindo para a publicação da Lei nº 12.863/2013, de 24 de setembro de 2013, que modificou a Lei nº 12.772/2012", falou Cícero.

- Realização de reuniões frequentes com Chefes de Departamentos e Diretores de Unidades Acadêmicas para esclarecer dúvidas sobre legislação de pessoal, critérios de alocação de vagas docentes, concursos públicos, afastamentos para qualificação e alteração de regime de trabalho. "Nessas reuniões também recebia demandas envolvendo, por exemplo, manutenção ou concessão de professores substitutos e visitantes, aconselhamentos para solução de conflitos entre docentes e convites para palestras em Departamentos ou Unidades", pontuou o entrevistado.

O Professor Cícero considerou o período de quase dois anos como Vice-Presidente da CPPD marcante em sua carreira acadêmica. Ele teve a oportunidade de conhecer as especificidades de todos os departamentos e unidades, a legislação de pessoal associada aos docentes, de conviver e trabalhar com os demais membros da equipe do Reitorado, além de compreender melhor os fluxos das decisões

maiores e de grandes impactos em toda a Universidade. Ele acredita ter aprendido mais sobre a UFMG nesse período do que nos 18 (dezoito) anos anteriores de sua carreira docente e sente que contribuiu positivamente para a política de pessoal docente da instituição, impactando a carreira de centenas de docentes.

Ao final do Reitorado do Professor Clélio Campolina Diniz, ele retornou à Escola de Engenharia, sentindo falta do convívio diário com sua unidade.

Professora Delaine Cafiero Bicalho

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (31/03/2017 a 20/03/2018)

Delaine Cafiero Bicalho atuou na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) como Vice-Presidente no ano de 2017, durante a gestão da Professora Ana Maria Gontijo Figueiredo. Sua nomeação ocorreu após o Professor Júlio César Jeha, eleito para um mandato de quatro anos, solicitar afastamento. Delaine foi indicada pela Professora Graciela Inés Ravetti de Gómez, então diretora da Faculdade de Letras (FALE), já que o professor afastado era da FALE, e o convite oficial foi feito pela Professora Sandra Regina Goulart Almeida, na época Vice-Reitora.

O maior desafio que Delaine enfrentou no cargo foi entender o funcionamento da CPPD, que envolvia um intenso fluxo de trabalho, demandando conhecimento de legislações específicas e do funcionamento de cada unidade da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para superar esses desafios, ela contou com o apoio constante da Professora Ana Figueiredo, a quem se reportava para tirar dúvidas e que a orientou em todas as ações. O papel dos técnicos administrativos também foi crucial, formando um grupo coeso, prestativo e alegre que contribuiu muito para que ela desse conta de suas responsabilidades. Além disso, as reuniões semanais da CPPD, com a participação de Presidente, Vice-presidente, Secretária, Representantes das Áreas de Conhecimento e Representantes dos alunos, serviram como espaços importantes de aprendizagem sobre as questões docentes da Universidade.

Embora não tenha liderado nenhum projeto específico, Delaine participou ativamente de discussões para a implantação do Relatório de Atividades do Docente (REDOC).

Pessoal e profissionalmente, essa passagem significou muito para Delaine. Ela pôde conhecer a Universidade para além da sala de aula, da pesquisa e da extensão, percebendo o quanto ela é grande, diversa e produtiva. Essa experiência foi muito gratificante.

O maior aprendizado de sua jornada no cargo foi a capacidade de emitir pareceres para decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), do Reitor ou do Pró-Reitor de Recursos Humanos. Isso a ensinou a relatar as questões com isenção, sem esquecer que por trás dos relatos havia pessoas cujos direitos deveriam ser respeitados. Os pareceres deveriam ser suficientes para dar a justa medida dos interesses individuais e coletivos da Universidade, o que Delaine considerou um desafio e um aprendizado significativo.

Professora Juliana Torres de Miranda

Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (01/02/2019 a 26/05/2022)

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (21/03/2018 a 31/01/2019)

Juliana Torres de Miranda, natural de Belo Horizonte (BH), é atualmente professora de magistério superior.

Formou-se em Arquitetura e Urbanismo em 1992 e iniciou sua carreira docente na Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 1993, como professora auxiliar. Realizou seu mestrado na Universidade Técnica da Nova Escócia (TUNS), no Canadá. Em 1997, passou em concurso para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde está desde janeiro de 1998. Concluiu seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP) entre 2003 e 2007. Sua atuação profissional e acadêmica sempre foi na área de Arquitetura e Urbanismo.

Antes de sua atuação na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Juliana Torres ocupou diversos cargos administrativos na UFMG, incluindo vice-coordenadora do colegiado (1998-2000), coordenadora do colegiado (2007-2009) e vice-chefe do departamento de projetos (2002-2003). Ela sempre esteve envolvida com colegiados e cargos de representação, participando do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), da Congregação e de várias comissões.

Seu envolvimento com a CPPD começou como representante dos professores em um mandato anterior, possivelmente entre 2014 e 2016. Posteriormente, a Reitora Sandra Regina Goulart Almeida a indicou para a presidência em 2019, após a recusa da professora Ana Maria Gontijo Figueiredo, que sugeriu o nome de Juliana devido ao seu conhecimento prévio como membro. Juliana foi vice-presidente da CPPD em 2018 e assumiu a presidência em 2019, permanecendo no cargo até maio de 2022.

Os maiores desafios em sua gestão na CPPD foram o Governo e a COVID-19. A partir de 2019, houve uma série de normativos federais que geraram grande insegurança orçamentária e dificuldades para a contratação de docentes, aspectos que a CPPD nunca havia enfrentado. A multiplicidade de mudanças na legislação ("quase um decreto por semana") exigiu que a CPPD se aprofundasse nos fundamentos legais para adequar concursos e processos internos. A pandemia de COVID-19 demandou decisões rápidas para adaptar o trabalho interno, criar fluxos de processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e realizar concursos públicos docentes à distância, contando com o apoio da procuradoria jurídica para desenhar novos formatos.

Entre as iniciativas e melhorias lideradas por Juliana, destacam-se:

- A continuidade e aperfeiçoamento da Matriz de Dimensionamento para alocação de vagas docentes, promovendo maior transparência;
- A resolução de um "imenso" passivo de processos atrasados;
- A regularização e melhoria de processos, incluindo a criação de processos no SEI para acesso de professores e setores;
- O início de estudos para rever e atualizar os normativos internos;
- A implementação efetiva da política de reserva de vagas para negros e Pessoas com Deficiência (PCD) nos concursos docentes, coordenando uma comissão especial para tal;
- A busca por rever e regularizar os processos da CPPD, simplificando-os e instruindo-os melhor;
- Participação ativa na construção do Site da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH).

Sua experiência pessoal e profissional na CPPD foi marcada pela mistura do profissional e do pessoal. Ela ressaltou que a função proporcionou um profundo conhecimento da Universidade, permitindo contato diário com a gestão e uma perspectiva ampliada da instituição. Sentia-se prestando um "grande serviço" para a valorização da carreira docente e ajudou a combater "lendas" e informações incorretas, buscando manter um diálogo eficaz com departamentos e unidades. Juliana dedicou-se 100% (cem por cento) à função, não conseguindo dar aulas, fazer pesquisa ou orientar, o que reflete, segundo ela, a falta de valorização do trabalho administrativo docente. Apesar de exaustivo, o trabalho foi muito gratificante, e ela conseguiu manter a saúde psicológica.

Como sugestões de mudanças organizacionais para a universidade, Juliana propõe a criação de um setor centralizado para concursos docentes. Este setor ofereceria suporte jurídico e operacional, combinando com a autonomia das unidades para definir estratégias e perfis, o que facilitaria processos e reduziria recursos. Ela cita o sucesso da implementação das cotas após a unificação do processo como exemplo. Além disso, sugere melhorar a acolhida aos novos docentes, com um papel importante da PRORH e o envolvimento dos diretores das unidades.

Professora Ana Lydia Reis de Castro e Silva

Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (27/05/2022 - presente)

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (01/02/2019 a 26/05/2022)

A Professora Ana Lydia Reis de Castro e Silva, natural de Belo Horizonte, Minas Gerais, construiu uma longa e notável trajetória no magistério superior. Iniciou sua carreira na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1997 como Professora Assistente no Departamento de Engenharia de Estruturas, possuindo mestrado e concluindo seu doutorado em 2006. Atualmente, ela ocupa a classe de Professora Titular, o último nível da carreira docente, totalizando 28 (vinte e oito) anos de experiência no magistério superior.

Desde cedo, a Professora Ana Lydia demonstrou grande interesse e envolvimento com a gestão e administração acadêmica. Sua participação ativa incluiu cargos como subchefe do Departamento de Engenharia de Estruturas, membro da Câmara Departamental, da Congregação da Escola de Engenharia e de Colegiados de Curso de Graduação (Engenharia Civil) e Pós-Graduação (Engenharia de Estruturas). Antes de assumir cargos de liderança na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), ela já era membro da própria comissão, representando a área da natureza.

Sua atuação na CPPD começou oficialmente em 2013 como representante da área da natureza. Em 2019, foi convidada pela reitora para assumir a vice-presidência da CPPD, uma indicação das Professoras Ana Maria Gontijo Figueiredo e Juliana Torres de Miranda. Este período de 2018 foi de transição e aprendizado, orientada pela Professora Juliana, em que ela se envolveu nas atividades da comissão para a sucessão. Após o encerramento do primeiro mandato da Professora Sandra Regina Goulart Almeida (Reitora), e como a Professora Juliana não manifestou interesse em continuar, a Professora Sandra a convidou para assumir a presidência da CPPD, cargo que a Professora Ana Lydia

aceitou e ocupa atualmente, tendo sido vice-presidente da mesma comissão de fevereiro de 2019 a abril de 2022.

A CPPD é descrita pela Professora Ana Lydia como um "desafio constante", funcionando como um órgão assessor da Reitoria, Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). O grande desafio é conciliar o intenso cotidiano da vida docente com a realização de estudos para subsidiar decisões e prestar suporte. A pandemia de COVID-19 representou um "grande desafio" inimaginável, complicando a gestão de processos que estavam em transição do formato físico para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A falta de familiaridade total com a ferramenta, somada à impossibilidade de lidar com documentos físicos ou a presença de colegas, tornou o período mais desafiador. Houve também a dificuldade em entender como a legislação vigente poderia se estender para casos excepcionais ou se novos procedimentos deveriam ser criados.

Apesar dos desafios, a gestão da Professora Ana Lydia na CPPD se destacou por dois grandes projetos e iniciativas notáveis:

- Aproximação com a Comunidade e Transparência: Ela iniciou um projeto de visitas a todas as 20 (vinte) unidades do magistério superior e à Unidade Especial de Educação Básica e Profissional da UFMG (EBAP). Até o momento, 15 (quinze) unidades já foram visitadas, e o plano ambicioso é estender as visitas a cada um dos 92 (noventa e dois) departamentos, um "trabalho Hercúleo" que visa levar o dia a dia da CPPD, promover a transparência dos processos e oferecer acolhimento à comunidade docente, resultando em interações humanizadas e gratificantes.

- Atualização dos Normativos Internos da Carreira Docente: A equipe da CPPD se debruçou sobre a avaliação e revisão da necessidade de atualizar resoluções internas antigas, algumas datando de 1992 ou antes, que não se adequavam mais ao contexto de expansão e mudanças legislativas da UFMG. Esforços resultaram na aprovação de muitas novas resoluções, alinhando-as aos novos normativos e à realidade atual da universidade.

Em suas reflexões pessoais e profissionais, a Professora Ana Lydia expressa seu gosto pela gestão administrativa, reconhecendo que a gestão universitária é desafiadora, pois profissionais de sua área, como engenheiros, não são tradicionalmente preparados para a administração. Ela vê sua atuação como uma forma de contribuição para o funcionamento da universidade, diferente do que imaginava ao prestar concurso. Estar na CPPD é um desafio por ser um ambiente distinto de sua formação, mas ao mesmo tempo, a experiência abriu sua mente para a diversidade das 20 (vinte) unidades da UFMG,

cada uma com suas particularidades. Conversar com pessoas de outras unidades e áreas do conhecimento é "muito enriquecedor" e proporciona "um outro olhar" sobre os assuntos, levando-a a crescer "muito, pessoalmente, profissionalmente, e como professora universitária". No entanto, ela observa que o trabalho na CPPD demanda muito tempo, resultando em um distanciamento de sua área de engenharia, impedindo-a de atuar em sala de aula ou manter-se em grupos de pesquisa.

A Professora Ana Lydia considera que o maior aprendizado foi como realizar a "articulação diplomática" nas conversas. Ela atende cerca de 3.200 (três e duzentos) docentes, cada um com pensamentos e olhares distintos. Aprendeu a conduzir o diálogo de forma construtiva, mesmo ao transmitir informações difíceis ou regras inalteráveis, sem criar conflitos com a comunidade. Saber se posicionar frente à comunidade e manter um diálogo construtivo é um aprendizado fundamental.

Apesar dos desafios, a Professora Ana Lydia expressa prazer em fazer parte de uma equipe empenhada que compreende seu papel institucional e a importância do que está fazendo. Ela compartilha o momento da CPPD com a gestão da PRORH, elogiando as pessoas excelentes que a fazem crescer. A experiência é um "aprendizado constante", e ela manifesta felicidade em poder contribuir para a instituição.

Professora Luciana de Gouvêa Viana

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (27/05/2022 a 07/03/2023**)**

Trajetória acadêmica e profissional

Professora efetiva do Departamento de Propedêutica Complementar da Faculdade de Medicina da UFMG desde 1995, além da atuação no ensino, pesquisa e extensão, a partir de 2006, após a conclusão do doutorado na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), iniciou atividades gestoras no Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nessa instituição, foi Chefe da Unidade de Medicina Laboratorial e Anatomia Patológica (2006-2010), Vice-Diretora (2010-2014) e Diretora Geral/Superintendente (2014/2018), o que a aproximou da Reitoria. Sempre esteve envolvida, também, com atividades pedagógicas no curso de medicina.

Nomeação para Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

Recebeu o convite para se candidatar à CPPD como representante da área da saúde em 2019, pelo Professor Humberto José Alves, na época diretor da Faculdade de Medicina. Prontamente aceitou e foi eleita. Passou a compor esse colegiado e, em 2022, as Professoras Ana Lydia Reis de Castro e Silva e Sandra Regina Goulart Almeida, Reitora da UFMG, a convidaram para assumir a vice-presidência da CPPD. Demonstrou-se extremamente honrada e agradecida pelo relevante convite.

Desafios à frente da CPPD

“O maior desafio foi superar minha inexperiência com processos específicos da CPPD, referentes à gestão da carreira e da provisão de vagas docentes na UFMG. Mesmo tendo feito parte do colegiado, tinha pouco conhecimento de tramitações administrativas internas. As dificuldades foram rapidamente superadas com o apoio da Profa. Ana Lydia e de toda equipe técnica da CPPD, sempre disponíveis e acolhedores. Destaco, também, a proximidade e o apoio das Pró-Reitoras de Recursos Humanos,

Titular e Adjunta, Professora Maria Márcia Magela Machado e a Doutora Leônor Gonçalves nessa jornada."

Conquistas à frente da CPPD

"O conhecimento da gestão da carreira docente e desse corpo profissional na UFMG foi uma grande conquista que mudou minha forma de perceber a complexidade da universidade e, por outro lado, a competência gestora da equipe técnica da CPPD e da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH)."

Projeto ou iniciativa específica liderados à frente da CPPD

"Junto à Profa. Ana Lydia, conheci e acompanhei a distribuição de vagas docentes para a universidade, com o conceito do professor equivalente, bem como a aplicação das legislações relacionadas à reserva de vagas para pessoas negras e com deficiência. Este trabalho foi extremamente importante e ampliou meu olhar sobre a gestão de pessoas como um todo, sendo um referencial na minha atuação como Diretora de Gestão de Pessoas na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)."

Significado pessoal e profissional da passagem

Ampliação da visão em relação à UFMG e sua organização interna, além do desenvolvimento de competências enquanto gestora pública.

Maior aprendizado

"O quanto é importante reconhecer a grandiosidade e competência da equipe técnica da UFMG, muitas vezes invisibilizada pelas estruturas acadêmicas."

Professora Adalgisa Peixoto Ribeiro

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD (04/05/2023 - presente)

A trajetória acadêmica e profissional de Adalgisa Peixoto Ribeiro antes de assumir o cargo de vice-presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) começou com experiência em pesquisa e atuação na pós-graduação do Departamento de Estudos de Violência e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro (Fiocruz-RJ). Em 2018, ingressou na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como professora do Magistério Superior no Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina (MED) da UFMG. No ano seguinte, em 2019, foi eleita subchefe do departamento, sendo reeleita em 2021 e permanecendo por quatro anos nessa função. Durante esse período, Adalgisa atuou como professora do curso de Medicina e como docente permanente no Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência (mestrado profissional). Adicionalmente, em suas funções como subchefe, ela teve representações no Colegiado do curso e no Conselho diretor do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON).

Sua nomeação como gestora ocorreu devido à saída da Professora Luciana de Gouveia Viana da vice-presidência da CPPD, que assumiu um cargo na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) em Brasília. O nome de Adalgisa foi então indicado para as funções de vice-presidente da CPPD, sendo referendado na Comissão e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e nomeada pela Reitora em 02 de maio de 2023.

Desde sua nomeação, os maiores desafios que encontrou foram a integração à equipe e a necessidade de inteirar-se da diversidade de processos trabalhados pela CPPD, além de atualizá-los conforme os normativos vigentes. Para superar esses desafios, ela se esforça para estar sempre atualizada em relação

à legislação e às orientações sobre todos os aspectos que envolvem a carreira docente, buscando também alinhar as expectativas e necessidades com a equipe do setor.

A conquista mais significativa da CPPD, destacada por Adalgisa, é a atualização de resoluções do conselho universitário que foram aprovadas recentemente. Ela ressalta que essa conquista é fruto de um trabalho árduo da CPPD e da Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH), e não é uma conquista individual dela enquanto vice-presidente, mas das comissões das quais fez parte. Além disso, considera a modernização e organização dos dados e registros da CPPD, que otimizaram os processos, como uma conquista significativa para a equipe e para a Universidade. Essa também foi uma conquista da equipe de técnicos da CPPD em conjunto com a presidência (presidente e vice). Essas conquistas se destacam pelos avanços e pela otimização dos processos, conferindo atualidade, resposta às necessidades da Universidade, facilitação do trabalho e transparência aos dados.

Pessoal e profissionalmente, sua passagem pela CPPD como vice-presidente representa um avanço em sua carreira como professora do magistério superior no que diz respeito às atividades de gestão acadêmica. Essa posição ofereceu a ela a oportunidade de conhecer a gestão mais ampla da Universidade e de atuar colaborando com a administração de diversos processos que afetam a carreira de todos os docentes da UFMG. O maior aprendizado em sua jornada como gestora foi, pessoalmente, sobre a convivência harmônica e a gestão de pessoas no âmbito da carreira docente. Essa experiência ampliou seu olhar para além de seu departamento de lotação e de sua Unidade de Origem (Departamento de Medicina Preventiva e Social/Faculdade de Medicina).